

# Mercado S/A



**AMAURI SEGALLA**  
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

“No cômputo geral, o saldo é regular, porque não há sinais — longe disso — de que teremos um ano com grandes feitos na economia”

## Brasil foi o 17º país que mais cresceu em 2024

A comparação com outros países mostra que o desempenho do PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2024 não brilhou, mas também não decepcionou. Considerando informações de 53 economias, ficamos em 17º lugar entre as nações que mais cresceram — à frente de ricos como Estados Unidos e Alemanha. Vale ressaltar que a posição intermediária para um país emergente não é satisfatória. O Brasil deverá encerrar o ano como a 8ª maior economia do mundo, segundo projeção do Fundo Monetário Internacional.

Nelson Almeida/AFP



## Bolsa brasileira continua decepcionando

Apesar de o PIB brasileiro crescer acima das expectativas, dos bons níveis de emprego e da inflação sob controle, a bolsa brasileira vive um pesadelo sem fim. Em 2024, o Ibovespa, o principal índice de B3, está entre os indicadores acionários de pior desempenho no mundo. Não à toa, os estrangeiros partiram em debandada — em maio, pelo quinto mês consecutivo, as saídas de recursos superaram as entradas. No ano, o saldo dos não residentes está negativo em alarmantes R\$ 36 bilhões.

## O que significa o resultado do PIB?

No primeiro trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 0,8% em comparação com os três meses anteriores, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE. O resultado veio ligeiramente acima do esperado pelo mercado financeiro, que estimava um avanço de 0,7% no período. Desta vez, chamam a atenção o aumento dos investimentos, que aceleraram 4,1%, e do consumo das famílias, com alta de 1,5%. No cômputo geral, o saldo é regular, porque não há sinais — longe disso — de que teremos um ano com grandes feitos na economia. As previsões apontam para um crescimento do PIB brasileiro em 2024 um pouco acima de 2%. Portanto, abaixo do desempenho de 2023, quando subiu 2,9%. Registre-se que, ao longo do ano, serão contabilizados os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul e da redução do ritmo de corte da Selic, a taxa básica de juros da economia. E, claro, o risco fiscal permanece. Sendo assim, o PIB provavelmente continuará no mesmo ritmo lento dos últimos anos.

Agência Brasil/Divulgação



Minervino Júnior/CB/D.A.Press



## Venda de carros cai em maio

Depois de forte arrancada nos quatro primeiros meses do ano, a indústria automotiva colocou o pé no freio em maio. De acordo com números apurados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), 194,3 mil veículos, desconsiderando motos e implementos rodoviários, foram vendidos no mês, o que representa uma queda de 12% frente ao mesmo período do ano anterior. A entidade diz que não há motivo para preocupação: o recuo deve ser atribuído ao menor número de dias úteis no mês.

## US\$ 118 bilhões

foi o valor que as seguradoras pagaram em 2023 a clientes que sofreram perdas provocadas pelas catástrofes naturais. Segundo a corretora britânica AON, trata-se de cifra 30% superior à média histórica



No ano passado, crescemos com a inflação caindo e neste ano, continuamos crescendo com a inflação caindo. Esse deve ser o objetivo da política econômica”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

## RAPIDINHAS

- » O Fundo Vale — veículo de fomento e investimento criado pela Vale — completou 15 anos de atuação. Nesse período, a empresa diz ter investido R\$ 360 milhões em iniciativas na Amazônia e outros biomas e apoiado 340 negócios de impacto socioambiental. Até o momento, o Fundo ajudou a recuperar 13 mil hectares em 9 estados.
- » A Secretaria Nacional do Consumidor multou a concessionária Enel em R\$ 13 milhões — o valor máximo permitido pelas regras da Senacon — por falhas no fornecimento de energia na região metropolitana de São Paulo. No ano passado e no início de 2024, milhares de pessoas ficaram sem luz por mais de 48 horas por conta dos temporais.
- » O Pix avança no Brasil. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que a modalidade representou 39% de todas as transações de pagamento realizadas no país em 2023, apenas um pouco abaixo dos cartões de crédito, débito e pré-pagos, que responderam por 41%. Os números do BC revelam que o uso do Pix aumentou 75% em um ano.
- » A Universidade de São Paulo (USP) perdeu o posto de melhor universidade da América Latina no tradicional ranking QS World. Agora, a posição é ocupada pela UBA (Universidade de Buenos Aires). No mundo, a USP aparece na 71ª colocação. A lista é liderada há 13 anos pelo americano MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts).

## DESONERAÇÃO

# Governo quer arrecadar R\$ 29,2 bi

Plano do Ministério da Fazenda estipula aumento da receita com mudanças para restituição e para o crédito do PIS/Cofins

» VICTOR CORREIA

O Ministério da Fazenda apresentou, ontem, a proposta para compensar a renúncia fiscal com a desoneração da folha de salários de 17 setores da economia e de municípios com até 156,2 mil habitantes. A expectativa do governo é de arrecadar até R\$ 29,2 bilhões em 2024, caso o plano seja aprovado sem mudanças pelo Congresso Nacional. O valor será formado pelas seguintes regras: o não ressarcimento do crédito presumido PIS/Cofins (R\$ 11,7 bilhões); e a limitação na compensação dos créditos PIS/Cofins em geral (até R\$ 17,5 bilhões). A desoneração, por sua vez, custará R\$ 26,3 bilhões no mesmo período. A Medida Provisória foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU). O secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, e o secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, negaram que haverá aumento da carga tributária. Os técnicos destacaram que a

proposta decreta o fim de brechas usadas por empresas para pagar menos impostos, ou mesmo receber uma espécie de subvenção. “Pequenas e médias empresas não são afetadas por essa medida. Empresas que estão com dificuldades por dívida tributária também vão ser pouco afetadas. A gente tem tomado bastante cautela e adotado medidas que têm um efeito mais geral, mais disseminado, em relação a outros setores”, Dario Durigan. As alterações valem apenas para empresas que estão no sistema não cumulativo do PIS/Cofins. O plano prevê duas mudanças: será proibido usar os créditos para pagar outros impostos, como o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou as contribuições previdenciárias recolhidas do trabalhador na folha. A prática é chamada de “compensação cruzada”. Também será proibido o ressarcimento para os créditos presumidos do PIS/Cofins — para os créditos gerais, ainda vale.

Washington Costa/MF



Equipe econômica do governo apresentou medidas de compensação para desoneração da folha

Segundo Robinson Barreirinhas, a medida corrige uma distorção tributária que já estava no radar da Receita, e que seria eventualmente abordada. O

secretário apontou que o sistema não cumulativo do PIS/Cofins foi alterado ao longo dos anos para permitir, na prática, um benefício fiscal, embora a

intenção original fosse corrigir o acúmulo de taxas em grandes cadeias produtivas. A MP possui outras duas medidas econômicas, além da

compensação: a obrigação para que empresas cadastrem seus benefícios fiscais em um sistema eletrônico do governo; e a possibilidade que os municípios realizem os julgamentos do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) que, atualmente, fica a cargo do governo federal.

## Articulação

O texto terá que ser aprovado pelo Congresso. A expectativa do governo é que haja resistência e mesmo judicialização por parte das empresas afetadas. A Fazenda argumenta, porém, que a compensação é um requisito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para permitir a desoneração da folha. O benefício foi mantido para os 17 setores abarcados e para as prefeituras neste ano, e será extinto de forma gradual. O modelo foi acordado com empresas e parlamentares. Ainda resta finalizar a proposta, que deve ser apresentada ainda nesta semana, de autoria do senador Efraim Filho (União-PB) e relatoria de Jaques Wagner (PT-BA).

## CB FÓRUM

# Economia e segurança

» RAPHAEL PATI

Para debater questões relacionadas ao setor tributário, o Correio Braziliense promove, hoje, o evento “Impacto da Reforma Tributária na Economia e na Segurança Pública”. Sob o formato de CB Fórum, autoridades governamentais, legisladores e especialistas discutirão a relevância de regulamentações

que visam combater o mercado ilegal e o crime organizado. Os mediadores serão os jornalistas Vicente Nunes, correspondente do Correio em Portugal, e Denise Rothenburg, colunista de política do jornal. O evento terá transmissão ao vivo pelo YouTube e pelas redes sociais do veículo. Entre os painelistas, estão confirmados: a diretora do Fundo

Nacional de Segurança Pública, Camila Pintarelli; o senador Efraim Filho, coordenador do Grupo de Trabalho da reforma tributária no Senado; o advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara; os deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Aguinaldo Ribeiro (PP-PB); o secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável,

Paulo Pereira; e outros.

## No Congresso

O segundo projeto de lei complementar que trata sobre a regulamentação da reforma tributária foi encaminhado ontem ao Congresso Nacional. A proposta, dividida em três partes, tem como tema principal a regulação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O tributo será recolhido por estados e municípios e substituirá, até

2033, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). “Esse segundo projeto de lei é muito mais dos estados e municípios. Nossa secretaria fez alguns ajustes, mas o grosso do projeto foi feito pelos estados e municípios”, destacou o secretário especial da reforma tributária, Bernard Appy. Durante o período de implementação do novo imposto (2026 a 2032), o projeto estabelece

que uma porcentagem de todo o montante arrecadado pelo IBS deverá ser revertido para o financiamento do comitê. O percentual desses valores será alterado de maneira gradual (de 60%, em 2026; de 50%, em 2027 e 2028; e, no máximo, de 2%, em 2029; 1%, em 2030; 0,67%, em 2031; e 0,5% em 2032 — último ano de transição dos tributos). Antes desse período, o projeto estabelece que a União será responsável por financiar a criação do órgão.